

REFLETINDO A CONDIÇÃO DA MULHER NEGRA NA FORMAÇÃO PATRIARCAL- RACISTA DO BRASIL À LUZ DE LÉLIA GONZALEZ

*Reflecting the Condition of Black Women in the Patriarcial-racist Formation of Brazil in the
Light of Lélia Gonzalez*

Maria Gláucia Ribeiro de Lucena¹

Rafael Douglas Sousa de Andrade²

RESUMO: O artigo pretende fazer reflexões acerca do artigo *Racismo e sexismo na cultura brasileira* da filósofa Lélia Gonzalez, no qual a autora aborda a tripla opressão raça-gênero-classe sofrida pela mulher negra como herança da formação patriarcial-racista da cultura brasileira. Ainda hoje, a mulher negra desempenha papéis definidos desde a colonização europeia, tais como: da mãe preta, doméstica e mulata, portanto, perpetuando e sustentando modelos e visões racista e de subserviência dela. Há também um sobrelevamento da ideia de família brasileira branca e bem-sucedida, haja vista o demérito racista sobreposto por narrativas perpetuadas do racismo estrutural. Ademais, com intuito de manter a superexploração da população negra no Brasil, especialmente das mulheres, foi criado o mito da democracia racial, logo, surge a (falsa) impressão de que todos os povos vivem de modo harmonioso, quando na verdade predomina a exaltação da cultura do colonizador, bem como o racismo enquanto sistema de exclusão. Nesse sentido, buscando entender os efeitos psíquicos do racismo e do sexismo na vida das mulheres negras, Gonzalez enfrentou nomes importantes do pensamento social brasileiro, como Gilberto Freyre e Caio Prado Jr., e recorreu a psicanálise para explicitar a lógica do desejo implícito no processo de subjugação dos corpos das afro-brasileiras. Ao lutar contra o lugar de subalternidade das mulheres não brancas, Gonzalez aponta rumo a um feminismo com identidade afro-latino-americana. Pensar filosoficamente a sintomática do racismo à brasileira, especialmente a figura da mulher negra, é importantíssimo, sobretudo, urgente. A metodologia que guiou a pesquisa foi teórico-bibliográfica. Os escritos de Gonzalez encontram confluências teóricas em Djamila Ribeiro, Sueli Carneiro, Alex Ratts, Carla Akotirene, entre outros autores e trabalhos científicos que reafirmam questões cruciais e reflexões filosóficas acerca dos temas supracitados.

PALAVRAS-CHAVE: Lélia Gonzalez, Feminismo Negro, Racismo, Democracia Racial, Amefricanidade.

¹ Mestranda em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Especialista em Metodologia da Pesquisa em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Especialista em Gestão Escolar pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Especialista em Gestão da Educação Pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-1021-0602>. E-mail: glaucia.lucena@aluno.uece.br (UFJF). Licenciada em pedagogia pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

² Mestrando em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Pós-graduando em Ensino de Filosofia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Licenciado em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5069-3077>. E-mail: rafaeldouglassousa@hotmail.com



ABSTRACT: The article intends to reflect on the article *Racismo e sexismo na cultura brasileira* by philosopher Lélia Gonzalez, in which the author addresses the triple race-gender-class oppression suffered by black women as an inheritance of the patriarchal-racist formation of Brazilian culture. Even today, black women play roles defined since European colonization, such as: black mother, domestic and mulatto, therefore, perpetuating and sustaining racist and subservient models and views. There is also an elevation of the idea of a successful, white Brazilian family, given the racist demerit overlapped by perpetuated narratives of structural racism. Furthermore, in order to maintain the super-exploitation of the black population in Brazil, especially women, the myth of racial democracy was created, therefore, the (false) impression arises that all people live harmoniously, when in fact exaltation predominates of the colonizer's culture, as well as racism as a system of exclusion. In this sense, seeking to understand the psychic effects of racism and sexism in the lives of black women, Gonzalez faced important names in Brazilian social thought, such as Gilberto Freyre and Caio Prado Jr., and resorted to psychoanalysis to explain the logic of desire implicit in the process of subjugation of the bodies of Afro-Brazilians. By fighting against the subalternity of non-white women, Gonzalez points towards a feminism with an Afro-Latin American identity. Thinking philosophically about the symptoms of Brazilian racism, especially the figure of black women, is extremely important, above all, urgent. The methodology that guided the research was theoretical-bibliographic. Gonzalez's writings find theoretical confluences in Djamila Ribeiro, Suelí Carneiro, Alex Ratts, Carla Akotirene, among other authors and scientific works that reaffirm crucial questions and philosophical reflections on the aforementioned themes.

KEYWORDS: Lélia Gonzalez, Black Feminism, Racism, Racial Democracy, Amefricanity..

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Lélia Gonzalez (1935-1994), filósofa de visão decolonial³ e de grande expressividade no Brasil no século XX foi historiadora, antropóloga, comunicadora e professora. Fez cursos livres em Sociologia e Psicanálise, atuou como militante em movimentos em defesa da mulher, do negro e do feminismo negro, participou da fundação do Movimento Negro Unificado no Brasil (1978), sendo sua dirigente por 4 anos, foi membro de Conselho Diretor do Memorial Zumbi, membro do conselho deliberativo do Conselho dos Direitos da Mulher e membro do Conselho Diretor da Sociedade Internacional para o Desenvolvimento (SID), autora de livros e artigos nacionais e internacionais, visitou vários países divulgando e criticando a verdadeira situação da mulher negra brasileira, que era a condição de subordinada à exploração e opressão na área do trabalho, moradia, espaço social, e que esta mulher pertencia a um lugar inferiorizado na sociedade desde os tempos

³ O pensamento decolonial se coloca como uma alternativa para dar voz e visibilidade aos povos subalternizados e oprimidos que durante muito tempo foram silenciados. É considerado um projeto de libertação social, político, cultural e econômico que visa dar respeito e autonomia não só aos indivíduos, mas também aos grupos e movimentos sociais (Avila, 2021).

da escravidão (Ratts; Rios, 2010). Participou de eventos internacionais como seminário em Senegal, seminário da ONU no Canadá e Finlândia, conferência da ONU na França e fórum na Dinamarca, entre outros. A importância de salientar a carreira notória de Lélia Gonzalez é no intuito de desmistificar que inexistente pensamento filosófico, sobretudo, filosófico negro brasileiro em debates, cuja seara abrange diferentes temáticas sociais, políticas e econômicas.

No artigo *Racismo e sexismo na cultura brasileira* de Lélia Gonzalez (publicado em 1984), a autora suscita reflexões sobre o racismo e o sexismo como heranças do patriarcado brasileiro que ainda hoje projetam nas mulheres negras os mitos criados pelo colonizador branco, tais como, o da mãe preta, da mulata, da doméstica e da democracia racial, mitos estes que objetivam sustentar o modelo de família brasileira branca, a manutenção da superexploração da população negra no Brasil, especialmente da mulher negra e a impressão de que os povos brasileiros vivem de modo harmonioso. Para a autora, a formação da cultura brasileira perpassa pela tríplice opressão raça-gênero-classe sofrida pela mulher negra.

Duras críticas são proferidas por Lélia Gonzalez a figuras como Gilberto Freyre e Caio Prado Jr, devido às visões interpretativas da formação da história social e antropologia brasileira. O mito da mãe preta, por exemplo, é trabalhado por Freyre (2005) quando este descreve que, entre os escravos da casa-grande existia uma escrava que ocupava o seio da família patriarcal que era dócil e que todos faziam suas vontades. Tal descrição fundamentava a ideia de subserviência da mulher negra, não destacando seus pontos de resistência. Esse mito é contestado por Gonzalez (2020) quando afirma que a mãe preta foi resistente, pois, levou para o seio da família patriarcal a cultura, as tradições africanas e a influência na língua portuguesa.

Vários mitos foram cunhados para destacar um papel de subalternidade da população negra, em especial da mulher negra. O mito da mulata é uma atribuição à sexualização ao negro como se esta fosse uma característica biológica sua. Daí a mulata ser vista como objeto de desejo, de erotização, reportando aos tempos da mucama, em que esta era explorada sexualmente por seus senhores e que hoje, a empregada doméstica é a mucama do passado. O mito da democracia racial surge da ideia articulada por Freyre (2005) de que as relações de poder no Brasil se deram de forma pacífica entre o senhor e o escravo e no quantitativo dos casamentos inter-raciais, ideia essa, que Lélia Gonzalez (2020) contradiz, colocando que o povo negro foi resistente, que sempre lutou, e que o processo de miscigenação e as relações inter-raciais se deram muito mais através da violência.

A fundamentação crítica de Gonzalez recorre à psicanálise, em especial Lacan e Freud, para entender os efeitos psíquicos do racismo brasileiro. Gonzalez argumenta que a formação social brasileira, marcada pela escravidão e pelo patriarcado, gerou uma patologia social que se manifesta em diversos aspectos da nossa cultura e que dessa nova patologia surgiu então, a neurose que se caracteriza por: a) Negação da Negritude: A cultura brasileira tende a negar ou minimizar a influência africana na sua formação, invisibilizando a contribuição e a presença negra na sociedade; b) Exaltação da Europeização: Existe uma valorização excessiva da cultura europeia, como se ela fosse superior e representasse o ideal de civilização; c) Síndrome do Branqueamento: A busca por se afastar da negritude e se aproximar da branquitude é vista como um caminho para ascensão social e valorização individual; d) Mecanismos de Dominação: O racismo e o sexismo se internalizam na psique do brasileiro, gerando comportamentos de submissão e autodepreciação, principalmente entre negros e mulheres. Portanto, o racismo é construção ideológica da classe social e racial dominante, a branca que subtrai para si uma identidade sintomática que Gonzalez denomina de neurose cultural brasileira.

Como ato de resistência e embate ao silenciamento de vozes negras, da branquitude que toma o lugar de fala da negritude sobre si mesma e da atribuição da infantilização deles perante a sociedade - tese essa pensada com os conceitos do senhor que sabe e da criança receptora, analisadas por Lacan - Lélia Gonzalez diz:

E o risco que assumimos aqui é o ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos) que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa (Gonzalez, 2022, p.78).

A autora aborda a opressão do racismo e do sexismo sofrida pela mulher negra, carregando consigo os estereótipos coloniais, figuras derivadas da mucama que era a escrava de “estimação” que além de levar sua família e a dos outros nas costas, era explorada sexualmente. Gonzalez afirma que, na contemporaneidade, a mulher negra ainda carrega consigo tais estereótipos, não à toa, ela retrata o exemplo da representação da mulher negra como a mulata no carnaval, como alvo de cobiça, desejo, erotização, e, portanto, objeto sexual, bem como foi a mucama. Em seu cotidiano, essa mulata é a empregada doméstica que terá uma imagem representada dependendo do contexto, e é nesse cotidiano, como diz Lélia Gonzalez (2020, p. 82-83) que “podemos constatar que somos vistas como domésticas”. Além disso, a ideia de democracia racial surge com novos ares sempre

nesse período carnavalesco, transfigurada pela objetificação do corpo negro, do serviçal e da realizadora de desejos.

Pensar filosoficamente a condição da mulher subalternizada de acordo com Gonzalez, nos suscita as seguintes questões: Por que a condição da mulher negra na formação patriarcal-racista do Brasil é vinculada à tripla opressão raça-gênero-classe? E como o feminismo negro é motriz como força de resistência contrária a trílice opressão?

A seguir, será trabalhado a condição da mulher negra na formação de um sistema patriarcal-racista brasileiro, haja vista sua subjugação no corpo social, bem como a questão da sexualização de seus corpos e da patologia social que entranhou-se na brasilidade, denominada por Gonzalez de neurose cultural brasileira. Oportuno trabalhar também, a origem do feminismo negro e o que ele representa como movimento de resistência da mulher negra frente ao domínio do feminismo branco e a universalização da categoria mulher.

2. A CONDIÇÃO DA MULHER NEGRA NA FORMAÇÃO PATRIARCAL-RACISTA DO BRASIL E O FEMINISMO NEGRO

No Brasil, afirma Carneiro (2023), quando se fala de mulher negra e discriminação racial, se está falando de um grande número de mulheres. No censo de 2022 a população negra era de 54%, sendo que as mulheres ocupavam 28% desse total, contudo, a opressão sobre a mulher negra na sociedade brasileira em relação à questão racial é muito grande. A autora afirma que, “a opressão da mulher oriunda das relações de gênero que estabelece a ideologia patriarcal não dá conta da diferença qualitativa que esse tipo de opressão teve e ainda tem na construção da identidade feminina da mulher negra” (Carneiro, 2023, p.48). Para tanto, faz-se necessário compreender a criação dos mitos atribuídos a esta mulher, cujo sistema colonial não suavizou seu trabalho, sua vida.

Para Lélia Gonzalez (2020), o que se percebe de racismo no Brasil é que todos acham que ele é algo natural. Que negro tem que viver na miséria, tem que sofrer, ser domesticado pela classe racial dominante, porque é assim que o discurso ideológico se faz presente. Por quê? Continua a autora:

Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, criancice etc. e tal. Daí é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha é malandro, e se é malandro é ladrão. Logo tem que ser preso, naturalmente. Menor negro só pode ser pivete ou trombadinha,

pois filho de peixe, peixinho é. A mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler o jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto têm mais é que ser favelados (Gonzalez, 2020, p. 78).

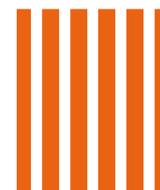
A autora busca uma fala do senso comum para que o leitor perceba como se dá o discurso ideológico do racismo brasileiro a partir da percepção do que seja consciência e memória. Como afirma Gonzalez (2020), a consciência nessa perspectiva é descrita como um saber de alienação e encobrimentos, e a memória como as inscrições que permitem retornar a uma verdade histórica que não foi escrita. “E, no que se refere à gente, à crioulada, a gente saca que a consciência faz tudo pra nossa história ser esquecida, tirada de cena. E apela pra tudo nesse sentido. Só que isso tá aí... e fala” (Gonzalez, 2020, p. 79).

Assim, de acordo com Gonzalez, o racismo é pensado por denegação, conceito lacaniano que significa um processo psíquico que permite ao sujeito formular negativamente o conteúdo de um desejo inconsciente, isso é, o conteúdo do desejo encontra uma expressão consciente, mas o sujeito continua a pensar que esse desejo não lhe pertence. Para a autora “importa caracterizar o racismo como uma construção ideológica cujas práticas se caracterizam nos diferentes processos de discriminação racial. Enquanto discurso de exclusão que é, ele tem sido perpetuado e reinterpretado de acordo com os interesses dos que dele se beneficiam (Gonzalez, 2020, p.55-56)”.

Percebe-se nas colocações da autora que o racismo brasileiro é uma construção ideológica que favorece aos brancos de todas as classes sociais, ou seja, um direito racial, onde sua denegação tem raiz na cultura do branqueamento. Trindade (2023) exemplifica que, tal construção possui raízes históricas que a fundamentam:

Após a abolição da escravidão em 1888 e a Proclamação da República em 1889, o Brasil se encontrava em uma situação bastante peculiar. De um lado, a elite brasileira almejava se espelhar, sobretudo em nações europeias (principalmente na França) para arquitetar seu projeto de construção do “Brasil Moderno”. Todavia, havia um obstáculo considerável para que esse objetivo fosse atingido. De acordo com o censo populacional de 1890, entre os 14,3 milhões de habitantes existentes no país, 56% deles eram indivíduos pretos e pardos. Ou seja, ao contrário da sociedade eurocêntrica caucasiana que se almejava construir no Brasil, os indivíduos brancos eram, na verdade, minoria (Trindade, 2023, p.26)

Portanto, a construção do “Brasil Moderno” perpassa pelas elites brasileiras que, após a abolição da escravatura, pensam a formação de um Estado aos moldes europeus. Logo, leis segregatórias, eugenismos, políticas de incentivo à imigração de cidadãos europeus ao Brasil, marginalização e abandono dos negros(as) fundamentam ainda mais o racismo à brasileira:



Pode-se inferir que a consequência desse tratamento bastante desigual conferido pelo Estado brasileiro aos imigrantes europeus brancos e aos escravos libertos negros foi a marginalização desse último grupo social, na esfera social, econômica e até mesmo geográfica. Surgem as favelas e os cortiços nos grandes centros urbanos a partir do fim do século 19, já que grande parte desse contingente de escravos libertos não encontrava trabalho e foi sendo empurrado para as periferias dos emergentes centros urbanos (Trindade, 2023, p. 29-30).

Compreendendo como a questão racial no Brasil é fundamentada histórica e socialmente e que o imaginário do brasileiro constrói-se sobre a patologia psíquica partindo do ponto de vista da psicanálise freudiana e lacaniana, Lélia Gonzalez cunha a ideia de como o imaginário do brasileiro é tomado por essa neurose. Silveira (2022) argumenta que a filósofa mobiliza a noção de sintoma em sentido psicanalítico relacionando-o a Lacan⁴. Em relação a Freud, “a tese de que o racismo é o sintoma da neurose cultural brasileira assume, de modo central, duas outras ideias freudianas: a de que a psicologia individual é também psicologia social e a de que culturas podem ser neuróticas” (Silveira, 2020, p.4).

Quando escreve sobre o mito da democracia racial, Gonzalez contesta o historiador e sociólogo, Gilberto Freyre, que em seu livro *Casa Grande e Senzala*, afirma que:

A escassez de mulheres brancas criou zonas de confraternização entre vencedores e vencidos, entre senhores e escravos. Sem deixarem de ser relações - as dos brancos com as mulheres de cor - de “superiores” com “inferiores” e, no maior número de casos, de senhores desavisados e sádicos com escravas passivas, adoçaram-se, entretanto, com a necessidade experimental por muitos colonos de constituírem família dentro dessas circunstâncias e essa base (Freyre, 2006, p. 33).

Gonzalez rebate Freyre quando busca inúmeros episódios da resistência do povo negro ao processo de violência ao qual era e segue sendo submetido, ressalta que a mulher negra, por vez, sofria além da violência do racismo, a violência sexual. Para Gonzalez (2020), o mito da democracia racial é uma forma de vestir ou encobrir o corpo preto do rei, ou seja, a expressão está relacionada a amefricanidade⁵, a construção da identidade transnacional, que fica claro quando ela coloca: “ontem como hoje, amefricanos oriundos dos mais diferentes países têm desempenhado um papel crucial na elaboração dessa amefricanidade que identifica na diáspora uma experiência histórica

⁴ “Jacques-Marie Émile Lacan foi um psicanalista francês que elaborou uma teoria de psicanálise voltada para a palavra. Para ele a linguagem é a estrutura decodificada que condensa os significados, signos e portanto, também narra a forma como as pessoas se relacionam” (Gomes; Lago, 2023, p. 2).

⁵ Amefricanidade é a categoria criada por Lélia Gonzalez que caracteriza o termo amefricanas/amefricanos como nomeação de todos os descendentes dos africanos que não só foram trazidos pelo tráfico negreiro, como daqueles que chegaram à América antes de seu “descobrimento” por Colombo (Gonzalez, 2020, p. 265).

comum que exige ser devidamente conhecida e cuidadosamente pesquisada” (Gonzalez, 2020, p.135).

É conveniente destacar que o mito da democracia racial se mostra com toda a força simbólica no carnaval. É nesse momento festivo que a mulher negra se transforma em rainha, em deusa, e tão logo essa magia tem fim, o outro lado emerge, como afirma a autora:

O outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura de empregada doméstica [...] É por aí, também, que se constata que os termos “mulata” e “doméstica” são atribuições do mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas (Gonzalez, 2020, p.80).

Gonzalez reflete sobre a hipersexualização da mulher negra que é evidenciada no exemplo carnavalesco, que passado a exaltação festiva, o desejo pelo corpo negro se arremessa em forma de violência, na figura da empregada doméstica. Nessa compreensão, a figura da mulata e da empregada doméstica são novas formas do papel da mucama derivada do Brasil colônia.

Importante destacar também o papel da mãe preta na formação da sociedade brasileira, que como afirma Gonzalez (2020, p. 87), “ela não é exemplo de extraordinário de amor e de dedicação totais como querem os brancos e nem tampouco essa entreguista, essa traidora de raça como querem os negros muito apressados em seu julgamento. Ela, simplesmente, é a mãe”. É a mãe de seus filhos e dos filhos dos brancos, que dá comida, banho, limpa, ensina a língua, ou seja, é a mãe da cultura brasileira. Com relação ao cuidado, no decorrer da história, sua resistência perpetua-se e acaba por esboçar um estereótipo para as mulheres negras. Assim, ainda hoje, “a mãe preta representa o esperado da mulher negra pela sociedade branca e de classe média: resignação, passividade diante das situações de violência e opressão” (Cardoso, 2014, p. 976).

Necessário se faz compreender o conceito de sexismo para entender o que a autora escreve sobre o assunto. Sexismo é o preconceito e/ou discriminação baseado no sexo ou gênero de uma pessoa. Gonzalez nos escritos sobre o tema defendeu a discussão sobre esse ponto em relação à mulher, daí, o questionamento ao sociólogo Caio Prado Júnior quando este relata em seu livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, que a escravidão exerceu na sociedade duas funções, uma relativa ao fator trabalho e a outra ao fator sexual e que ambas são relações elementares e simples.

A filósofa chama atenção para as palavras do autor, as quais ela denomina de neurose cultural, já que em sua concepção, o neurótico cria maneiras de esconder os sintomas porque estes lhes trazem vantagens e isso o liberta da angústia do recalçamento, no caso da mulher, quando é tratada como objeto; afirmando então que, racismo e sexismo enquanto pilares da ideologia de

dominação de uma sociedade que transforma cidadãos negros em segunda classe, sobrecarregam de discriminação a mulher negra. E que o grande número de mestiços no Brasil resultou de estupros, violências e de manipulação sexual da escrava, e que isso não é elementar nem simples, contradizendo então as teses de Caio Prado Jr (1961).

A sociedade colonial brasileira e seu caráter patriarcal reflete a profunda desvantagem em que se encontra a população feminina negra. A mulher negra sofre as sequelas de uma sociedade alicerçada no machismo e no racismo, o que alimenta uma ideologia de branqueamento a partir de um colonialismo eurocêntrico. No Brasil, em 1970, Gonzalez já buscava a compreensão das dimensões de dominação sexual sob a articulação de classe e raça. Desse modo, pode-se afirmar que a filósofa antecede os debates sobre interseccionalidade⁶, pois traça as experiências da mulher negra na conjugação das opressões, quando articula a dominação sexual, classe e raça como forma de hierarquização e opressão social.

Diante do exposto, Costa et al. (2024), relata que a fala colonialista é essencialmente alicerçada em estereótipos. Portanto, “o discurso do racismo não é um gênero de discurso, é algo muito mais amplo, abrangente e estrutural. Ele é um aparato que se apoia no reconhecimento e no repúdio da diferença racial, cultural e histórica para construir o seu sujeito” (Costa et al., 2024, p. 18). O autor ainda esclarece, que a formação desse sujeito “precisa articular as formas da diferença racial e sexual, porque, o corpo está sempre inscrito na economia do prazer como na economia do discurso, da dominação e do poder”(Costa et al., 2024, p. 18).

Sob esse viés, Gonzalez (2020) aponta que a sociedade brasileira deve refletir em suas contradições internas nas desigualdades raciais a situação do negro, pois com o capitalismo patriarcal ficou claro as bases materiais e simbólicas da opressão da mulher, e que, nenhum tipo de discriminação contra a mulher foi tão grave quanto a de caráter racial. Daí, a necessidade de uma luta feminina com um olhar diferenciado para o Feminismo Negro.

O feminismo negro surge com o objetivo de fomentar um movimento que representasse os interesses das mulheres negras, fazendo uma crítica ao movimento feminista branco que não levava em consideração as necessidades da mulher negra. O dilema que o movimento feminista

⁶ O termo interseccionalidades, é o padrão colonial moderno responsável pela promoção dos racismos e sexismos institucionais contra identidades produzidas durante a interação das estruturas, que seguem atravessando os expedientes do Direito moderno, discriminadas à dignidade humana e às leis antidiscriminação. O termo foi criado por Kimberlé Crenshaw em 1989 (Akotirene, 2022, p. 59).

passa a encarar então é a problemática levantada pelo feminismo negro: a universalização da categoria mulher. Pensado em uma pirâmide social, a mulher branca, mesmo engajada em prol do sufrágio feminino, está sobre a mulher negra, que encontra-se na parte mais baixa da pirâmide (Ribeiro, 2017). Em seu discurso: *E eu não sou uma mulher?* Proferido na Convenção dos Direitos da Mulher, nos EUA, em 1851, a importantíssima abolicionista afro-americana Sojourner Truth entoa a discussão sobre a mulher negra no feminismo:

Bem, minha gente, quando existe tamanha algazarra é que alguma coisa deve estar fora da ordem. Penso que espremidos entre os negros do sul e as mulheres do norte, todos eles falando sobre direitos, os homens brancos, muito em breve, ficarão em apuros. Mas em torno de que é toda essa falação? Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E eu não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem - quando tinha o que comer - e também aguentei as chicotadas! E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher? E daí eles falam sobre aquela coisa que tem na cabeça, como é mesmo que chamam? (uma pessoa da plateia murmura: “intelecto”). É isto aí, meu bem. O que é que isto tem a ver com os direitos das mulheres ou os direitos dos negros? Se minha caneca não está cheia nem pela metade e se sua caneca está quase toda cheia, não seria mesquinho de sua parte não completar minha medida? Então aquele homenzinho vestido de preto diz que as mulheres não podem ter tantos direitos quanto os homens porque Cristo não era mulher! Mas de onde é que vem seu Cristo? De onde foi que Cristo veio? De Deus e de uma mulher! O homem não teve nada a ver com ele. Se a primeira mulher que Deus criou foi suficientemente forte para, sozinha, virar o mundo de cabeça para baixo, então todas as mulheres, juntas, conseguirão mudar a situação e pôr novamente o mundo de cabeça para cima! E agora elas estão pedindo para fazer isto. É melhor que os homens não se metam. Obrigada por me ouvir e agora a velha Sojourner não tem muito mais coisas para dizer (Ribeiro, 2017, p. 20-21).

No Brasil, o feminismo negro⁷ surge também com a intenção de romper com a ideia da igualdade da mulher em uma sociedade desigual. Para Gonzalez, a centralidade dessa compreensão é a matriz cultural brasileira com a influência primordial da cultura negra, e ressalta que a discriminação sexual que hoje se chama de gênero foi elementar para que as mulheres negras buscassem o movimento de mulheres e a prática feminista, mas dentro desse movimento foi percebido uma exclusão e dominação racista, porque nele, as mulheres negras eram invisíveis. Foi aí que elas se mantiveram organizadas e criaram um movimento de mulheres negras e indígenas,

⁷ O feminismo negro veio a colaborar com a luta antirracista e pensá-lo dessa forma, é trazer à tona as implicações do racismo e do sexismo que condenaram as mulheres negras a uma situação perversa e cruel de exclusão e marginalização social (Carneiro, 2023, p. 216).

para integrar, segundo Carneiro (2003) as diferentes expressões do feminismo constituídos em sociedades multirraciais e pluriculturais. O feminismo negro é um movimento de visão decolonial que rompe com a visibilidade eurocêntrica e desmistifica a categoria generalizada de mulher.

Refletir sobre a construção do racismo estrutural⁸ no Brasil, em especial da categoria mulher negra, é essencial para compreender mazelas e patologias raciais que perduram na brasilidade dos brasileiros, bem como lutar contra tal sistema.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Numa sociedade racista, não basta não ser racista.
É necessário ser antirracista”.

(Ângela Davis)

As ideias de Gonzalez proporcionam reflexões sobre a formação patriarcal-racista da sociedade brasileira que atribuiu à mulher negra, um lugar de subalternidade através da manutenção dos mitos criados para o fortalecimento do racismo e sexismo, e a perpetuação do poder de uma classe que se autodenominou superior às demais. Outro aspecto relevante, é o fato dela buscar um feminismo negro voltado para a luta contra o racismo, já que este afeta a mulher negra em todos os setores da sociedade. No mercado de trabalho, por exemplo, Gonzalez (2020, p.56) afirma que, “na medida que existe uma divisão racial e sexual do trabalho, não é fácil concluir sobre o processo de tríplice discriminação sofrido pela mulher negra (enquanto raça, classe e sexo), assim como seu lugar na força de trabalho”.

Conforme a filósofa, a população negra como um todo, os homens também, sofreram com o processo da colonização, contudo, a figura da mulher negra foi construída ao longo da formação social brasileira de forma estereotipada, daí, perceber o racismo e sexismo a partir do pensamento de Gonzalez é nos permitir novos entendimentos. É preciso compreender que o racismo surgiu de forma pensada, deliberada, criada para justificar uma lógica de dominação de uma sociedade colonial eurocêntrica escravocrata.

⁸ Racismo estrutural é decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional (Almeida, 2019, p. 33).

Assim como o racismo, a exploração sexual da mulher é fator para entendimento da relação de opressão e dominação na sociedade brasileira (Gonzalez, 2020). A herança colonial racista e sexista ainda projeta nas mulheres negras os mitos criados pelo colonizador, o que faz que estas sejam objetificadas, hipersexualizadas e aniquiladas de muitas formas.

Necessário foi portanto, como forma de reação a essa opressão colonialista, buscar nos movimentos feministas brasileiro do século XX, a criação de um movimento feminista voltado para os problemas da mulher negra, já que os existentes não a representavam e ainda eram voltados para a ideologia do branqueamento.

A partir dessas reflexões, é perceptível a contribuição e o protagonismo de Lélia Gonzalez na história e luta contra o racismo, sexismo e gênero no que tange a negritude. Seu pensamento sobre interseccionalidade, suas ações políticas, sua luta pelo feminismo negro estimulam outras feministas recorrerem ao debate da mulher negra e sua emancipação. É necessário uma nova experiência de ser mulher, é necessário quebrar as correntes do racismo, do sexismo e buscar um novo feminismo, um feminismo de cor, com identidade afro-latino-americano.

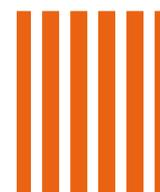
REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade** / Carla Akotirene. -- São Paulo : Sueli Carneiro ; Pólen, 2019.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo : Sueli Carneiro ; Pólen, 2019.

AVILA, Milena Abreu. **Colonialidade e Decolonialidade: você conhece esses conceitos?** Publicado em 19/03/2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/colonialidade-e-decolonialidade/>.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico 2022. Disponível em: https://agencia.denoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/13ee0337cffc1de37bf0cd4da3988e1f.pdf



CARDOSO, C. P. **Amefricanizando o feminismo**: o pensamento de Lélia Gonzalez. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 965-986, set. 2014.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. In.: **Estudos Avançados**. Vol. 17, nº 49, São Paulo: Instituto de estudos avançados/USP, 2003,p. 117-133.

CARNEIRO, S. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

COSTA, B. M. de S., NUNES, P. J. M., & CUSTÓDIO, E. S. (2024). “Rastros da Senzala” nas representações do negro na cultura e na educação brasileira. **Cadernos Cajuína**, 9(1), e249142. Disponível em: <https://doi.org/10.52641/cadcajv9i1.214>.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2005.

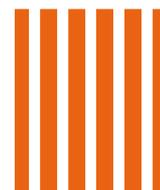
GOMES, A. B.; LAGO, M. C. de S. Do nome próprio à nomeação: diálogo com Lacan e Lélia Gonzalez. **Analytica: Revista de Psicanálise**, [S. l.], v. 12, n. 22, 2023. Disponível em: <http://www.seer.ufsj.edu.br/analytica/article/view/5188>.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos/ organização Flavia Rios, Márcia Lima. - 1ª ed. -Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

LIMA, Thamires Costa Rodrigues. Lélia Gonzalez: Entendendo o Brasil a partir das relações de classe, raça e gênero. In.: **Revista Caboré**. , [S. l.], v. 1, n. 4, p. 04–16, 2021.. Disponível em: <https://www.journals.ufrpe.br/index.php/revistacabore/article/view/4379>.

PAINTER, Nell Irvin. **Sojourner Truth**: a life, a symbol. Nova York: W. W. Norton & Company, 1997. 384 p.

PRADO Júnior, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.



RATTS, Alex. **Lélia Gonzalez** / Alex Ratts, Flavia Rios. - São Paulo: Selo Negro, 2010. - Retratos do Brasil Negro/ coordenado por Vera Lúcia Benedito).

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017. 112 p.

SANTANA, Bianca: **Quer entender o Brasil de 2020? Lélia Gonzalez!** Disponível em: <https://elle.com.br/cultura/leia-lelia-gonzalez>.

SILVEIRA, Léa. A mãe preta e o Nome-do-pai: questões com Lélia Gonzalez. In.: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.30. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/dNwvnDzt736H7Qj7jpFSgbM/?lang=pt&format=pdf>.

TRINDADE, Luiz Valério. **Discurso de Ódio nas Redes Sociais**. São Paulo: Jandaíra, 2023. 184p.